



RODRIGO PIRONTI

Coordenador

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SETOR PÚBLICO

2ª edição

RODRIGO PIRONTI

Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Direito Econômico e Social pela PUCPR. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Empresarial pela PUCPR. Professor de graduação e pós-graduação. Advogado sócio do escritório Pironti Advogados.

Área específica

DIREITO PÚBLICO

Palavras-chave

Direito Público. Lei Geral de Proteção de Dados.
Dados pessoais

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 3387

P672l Pironti, Rodrigo
Lei Geral de Proteção de Dados no setor público. -- 2. ed. -- / Rodrigo Pironti. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

541p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-731-1

ISBN digital 978-65-5518-732-8

1. Direito Público. 2. Lei Geral de Proteção de Dados. 3. Dados pessoais.
I. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONTI, Rodrigo. Lei Geral de Proteção de Dados no setor público. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 541p. ISBN 978-65-5518-731-1.

SUMÁRIO

TARJAR OU MASCARAR DADOS PESSOAIS EM ATOS OU CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL	
Rodrigo Pironti	21
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: OS AGENTES DE TRATAMENTO E O ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO	
Rodrigo Pironti.....	33
I Introdução	33
II Os controladores e operadores de dados no setor público	34
III Os encarregados de dados em âmbito público: atribuições, garantias e forma de nomeação	40
IV Conclusão	43
BREVE ENSAIO SOBRE O ENCARREGADO DE DADOS (<i>DATA PROTECTION OFFICER – DPO</i>) E A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DOS DADOS NO BRASIL	
Rodrigo Pironti.....	45
1 A figura do encarregado de dados ou DPO (<i>data protection officer</i>).....	45
2 A estrutura de governança de dados: uma definição necessária	50
DIREITO À REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO	
Rodrigo Pironti, Mariana Tomasi Keppen	59
Introdução	59
I O direito à revogação do consentimento	61
I.I Os requisitos de validade do consentimento.....	61
I.II O atendimento à solicitação de revogação do consentimento.....	63
I.III A viabilidade e consequências da retirada do consentimento	65
II O uso da base legal do consentimento pelo Poder Público.....	67
Conclusão	69
Referências.....	70
A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL	
Rodrigo Pironti, Eduardo Ramos Caron Tesserolli.....	71
1 Aspecto fundamental da LGPD	71
2 Algumas definições de dados pessoais na LGPD.....	73
2.1 Dados da pessoa natural identificada ou identificável	74
2.2 Dados pessoais sensíveis	75
3 Base legal para o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis pela Administração Pública	76
4 Fundamentos jurídicos para o tratamento de dados sensíveis pela Justiça Eleitoral	79
Referências.....	82
OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS REFLEXOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim, Rodrigo Pironti	85
1 Introdução	85
2 Adequação normativa e as atividades dos tribunais de contas.....	87
3 Aspectos práticos para aplicação da LGPD nos tribunais de contas....	92
Referências.....	96
O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Rodrigo Pironti, Mirela Miró Ziliotto.....	99
1 Introdução	99
2 A sociedade de informação e a ampliação da memória	100

3	O direito à autodeterminação informativa	105
4	O consentimento no tratamento de dados pessoais pelo Poder Público	109
5	Conclusão	115
	Referências	116

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE UM ADEQUADO E EFETIVO PROGRAMA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA LGPD

André Luiz Bäuml Tesser	119	
1	Introdução	119
2	Primeira premissa fundamental: o caráter <i>human centric</i> de um programa de proteção de dados pessoais	123
3	Segunda premissa fundamental: o caráter dinâmico de um programa de proteção de dados pessoais	130
4	Considerações finais.....	136
	Referências.....	137

LGPD E INFRAESTRUTURA: O PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Augusto Neves Dal Pozzo	139	
	Introdução	139
1	Breves notas sobre o sentido jurídico de infraestrutura	140
2	O princípio da inovação tecnológica	144
	Conclusão	148
	Referências.....	149

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA NA LGPD

Beatriz Faria de Almeida Loureiro, Nicolle Bleme, Rodrigo Fontenelle de A. Miranda	151	
1	Introdução	151
2	Governança em privacidade de dados.....	152
2.1	Políticas e procedimentos, <i>compliance</i> e práticas de administração de dados em vários níveis da organização	154
2.2	Gestão de riscos e resposta a incidentes	155
3	Boas práticas.....	157
3.1	Instituição de grupo de trabalho e indicação de encarregado.....	157
3.2	Gerenciamento de dados como um ativo	158
3.3	Inventário de dados.....	160
3.4	Consentimento.....	160
3.5	Canal para recebimento das requisições	161
3.6	Colaboradores treinados	161
4	Conclusão	162
	Referências.....	163

IMPACTOS DA LGPD E COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO: NECESSÁRIAS ADAPTAÇÕES CULTURAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANTE UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO CONTÍNUA PARA A MANUTENÇÃO DA BOA GOVERNANÇA

Bruna Toledo Piza Magacho, Melissa Trento	165	
1	Introdução	165
2	Governança pública.....	166
3	<i>Compliance</i>	168
4	LGPD.....	175
5	Culturas e cenários da boa governança.....	181
6	Considerações finais.....	185
	Referências.....	186

O PAPEL DA TI NO PROCESSO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Christian Bachmann, Ana Paula de Campos Serratto	189	
	Introdução	189
	O primeiro ano da GDPR e a criação da LGPD	190
	Gestão de privacidade da informação – da segurança e das boas práticas	191

O papel da TI na gestão de privacidade dos dados pessoais	196
Gestão de privacidade da informação – dos direitos do titular.....	197
Cenário atual da gestão de privacidade e segurança da informação pela Administração Pública.....	203
Considerações finais.....	204
Referências.....	205

LGPD X LAI: SINTONIA OU ANTAGONISMO?

Cristiana Fortini, Greycielle Amaral, Caio Mário Lana Cavalcanti	207
1 Introdução	207
2 Direito à privacidade e proteção de dados pessoais	209
3 Direito à informação e os contornos da Lei nº 12.527/2011	214
4 Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados: convergências	216
5 O que então muda com a LGPD no âmbito da Administração Pública.....	220
6 Conclusão	225
Referências.....	226

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO DA LGPD NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Denise de Souza Luiz Francoski	229
1 Introdução	229
2 O projeto de sensibilização como ferramenta essencial no processo de conformidade da LGPD.....	231
3 A relevância da sensibilização “ <i>from the top</i> ”	235
4 As formas de efetivação do programa de sensibilização da LGPD nas organizações públicas: o case do TJSC	239
5 Conclusão	245
Referências	246

A SAÚDE PÚBLICA E A LGPD: UM COMPLEXO, MAS NECESSÁRIO CENÁRIO DE ADEQUAÇÃO

Giovanna Trad, Josenir Teixeira	249
Introdução	249
1 A saúde na Constituição Federal e a obrigação do Estado em disponibilizá-la à população	251
2 A saúde na LGPD	254
3 A proteção de dados pela Constituição.....	259
3.1 A proteção de dados por outros diplomas jurídicos.....	261
4 A obrigatoriedade de adequação das pessoas naturais e jurídicas – privadas e públicas – à LGPD	264
5 Especificidade da relação do Poder Público com os dados pessoais	267
6 Conclusão	274
Referências.....	276

LGPD E ARBITRAGEM: NOTAS SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NAS ARBITRAGENS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Gustavo Justino de Oliveira, Felipe Razzini, Otavio Venturini.....	279
1 A proteção de dados e a arbitragem	279
1.1 Jurisdição arbitral para resolução de conflitos relativos à proteção de dados.....	279
1.2 Proteção de dados no exercício da jurisdição arbitral.....	281
2 Diretrizes de proteção de dados adotadas pela comunidade arbitral.....	284
2.1 A esfera internacional	284
2.2 A esfera nacional	287
3 Proteção de dados em arbitragens envolvendo o Poder Público: peculiaridades	288
4 Conclusão	293
Referências.....	294

DESAFIOS DA LGPD E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS EM ESCALA MASSIVA: CONTROLE TECNOLÓGICO EM SERES HUMANOS COMO RATOS DE LABORATÓRIO

Irene Patrícia Diom Nohara, Fernando Medici Guerra Martins	297
--	-----

1	Introdução	297
2	O excedente comportamental	299
3	Casos não contados sobre a utilização do excedente comportamental para manipulação de comportamento humano	301
4	O importante passo da LGPD e seus desafios.....	311
5	Conclusão	313
	Referências	315

LGPD: O QUE MUDA NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

Ismar dos Santos Viana, Christianne de Carvalho Stroppa.....		319
	Introdução	319
I	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seus influxos na Administração Pública.....	322
II	A prevalência da competência sancionadora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os parâmetros definidores de responsabilização	326
III	A atuação em sistema de rede dos órgãos de controle: a compatibilidade do dever de defesa da probidade na gestão de recursos públicos com os limites inaugurados pela LGPD	329
	Conclusão	334
	Referências	335

PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

João Pedro Oliveira Stringheta, Tatiana Camarão.....		339
1	Introdução	339
2	O Judiciário como precursor na implementação da LGPD.....	339
3	A implementação da LGPD no Poder Judiciário e os desafios enfrentados	342
4	Considerações finais.....	353

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES

Julieta Mendes Lopes Vareschini		355
1	Do regime jurídico aplicável ao Sistema S.....	355
2	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S	358
3	Conclusão	368
	Referências	368

DADOS EM PAUTA: A ADEQUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA À LGPD

Mariana Keppen.....		371
	Introdução	371
	Estabelecimento de uma metodologia de adequação	372
	Módulo I – <i>Data Mapping & Risk Assessment</i>	374
	Módulo II – Estrutura organizacional	376
	Módulo III – Políticas de privacidade e proteção de dados	377
	Módulo IV – Resposta a incidentes de segurança	377
	Módulo V – Gestão de terceiros	378
	Módulo VI – Direitos dos titulares.....	379
	Módulo VII – Sistema de segurança da informação.....	380
	Módulo VIII – Sistema de transparência.....	381
	Módulo IX – Redesenho de processos.....	381
	Módulo X – Treinamento e comunicação	381
	Conclusão	382
	Referências	383

A LGPD E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS

Marcelo Zenkner, Mário Spinelli		385
1	Governança e privacidade: uma breve introdução.....	385
2	Base legal para a aplicação da LGPD nas empresas estatais.....	388
3	Roteiro básico para adequação das empresas estatais à LGPD	389
4	A proteção de dados pessoais como elemento de um sistema de integridade empresarial estatal efetivo.....	392
5	Transparência <i>versus</i> proteção de dados pessoais: como resolver essa equação?	396
	Considerações finais.....	399
	Referências	400

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PARA O SISTEMA S, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OSCIPS: COMPARTILHAMENTO DE DADOS, GOVERNANÇA E A EXIGÊNCIA DO ENCARREGADO

Marcos Ehrhardt Júnior, José Luiz de Moura Faleiros Júnior	401
1 Introdução	401
2 O interesse público e sua realização para além das estruturas estatais	402
2.1 O Sistema S	405
2.2 Organizações Sociais e OSCIPs	406
3 Reflexos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	408
3.1 Compartilhamento de dados	411
3.2 Governança de dados	415
3.3 O encarregado	421
4 Considerações finais	424
Referências	426

CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

Marcus Vinícius Reis de Alcântara, Paulo José Ribeiro Alves	431
---	-----

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS APLICADA AOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

Maurício Zockun, Dixmer Vallini Netto	445
Introdução	445
A atividade notarial e de registro	447
A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	450
LGPD aplicada aos notários e registradores	451
Conclusão	458

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO FATOR GERADOR DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ronny Charles Lopes de Torres, Davidson Lopes Sousa de Brito	461
1 Introdução	461
2 A Lei Geral de Proteção de Dados e os contratos administrativos	463
3 Reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos	466
4 As obrigações impostas pela LGPD como fator gerador de desequilíbrio econômico do contrato	469
5 Conclusão	472

LIMITES AO COMPARTILHAMENTO DE DADOS: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Sandro Tomazele	473
Introdução	473
Compartilhamento de dados	473
Compartilhamento de dados por órgãos e entidades públicos	474
Limites estabelecidos pela LGPD	475
Funções, papéis e responsabilidades relacionados ao compartilhamento de dados	476
Boas práticas de segurança da informação para o compartilhamento de dados	478
Desafios ao compartilhamento seguro de dados	481
Desafios relacionados à tecnologia	483
Recomendações para organizações	485
Conclusão	485

PESQUISA CLÍNICA E LGPD

Silvio Guidi	487
1 Noções introdutórias sobre proteção de dados	487
2 Noções introdutórias sobre pesquisa clínica	488
3 A proteção de dados de saúde a partir do advento da LGPD	492
4 A dispensa de consentimento do titular para as hipóteses em que o tratamento dos dados ocorrer por “órgão de pesquisa”	493
5 Anonimização e pseudonimização de dados	495
6 O banco de dados e o dilema envolvendo a LGPD na pesquisa clínica	496
Referências	498

A FUNÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Sólon Cícero Linhares, Luiz Henrique Cardelli.....	499
1	Introdução 499
2	O conceito de dados pessoais e o bem jurídico tutelado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) 501
3	A relevância dos dados pessoais no contexto da criminalidade de <i>powerful</i> 504
4	A importância dos dados pessoais para a investigação criminal e políticas de segurança pública 506
5	A proteção dos dados pessoais à luz dos princípios constitucionais penais 509
6	Os modelos de proteção de dados 510
7	A proteção de dados no Direito Comparado 511
7.1	A proteção de dados da União Europeia 511
7.2	A proteção de dados no Direito norte-americano 513
8	Os limites do Estado na utilização dos dados pessoais para investigação criminal e políticas de segurança pública 513
9	Conclusão 515
	Referências 515

O TELETRABALHO E O “NOVO NORMAL” NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: BALANÇO ENTRE A REDUÇÃO DE CUSTOS E OS RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Walter Cunha, Bruno Affonso, Juliana Legentil	519
1	Introdução 519
2	Discussão sobre <i>BYOD</i> e <i>BYOD</i> invertido 522
3	Análise de cenários e implicações 522
3.1	Arranjo A1: equipamentos, conexão e aplicações por conta do trabalhador 522
3.2	Arranjo A2: equipamentos e conexão por conta do trabalhador, aplicações por conta do empregador..... 524
3.3	Arranjo A3: equipamentos e aplicações por conta do empregador, conexão do trabalhador..... 525
3.4	Arranjo A4: equipamentos, aplicações e conexão por conta do empregador 527
4	Conclusão 528
	Referências 528
SOBRE OS AUTORES.....	531

Ana Paula de Campos Serratto

Graduada em Direito pela PUCPR. Especialista em Direito Civil e Empresarial pela PUCPR. Pós-graduanda em *Compliance* e Direito Digital pela UNISOCIESC. Graduanda em Gestão da Tecnologia da Informação pela PUCPR. Advogada e Gerente de Inteligência Corporativa na BS Forensic & Security Services.

André Luiz Bäuml Tesser

Advogado, professor universitário de graduação e de pós-graduação. Mestre e Doutor em Direito pelo programa de pós-graduação em Direito da UFPR. Diretor Jurídico da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

Augusto Neves Dal Pozzo

Professor de Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do curso de especialização em Direito Administrativo da PUC-SP. Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Especialista em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor convidado do Grupo de Investigación de Derecho Público Global de La Universidade da Coruña (Espanha) como parte do cadastro permanente do Curso Euro-Brasileño de Contratación Pública. Professor do corpo docente do MBA de Parcerias Público-Privadas e Concessões da FESPSP e London School of Economics and Political Science (LSE). *Executive Education* em Infrastructure in a Market Economy e Public Private Partnerships for Infrastructure pela Harvard Kennedy School. *Corporate Governance* e *Management Program for Lawyers* pela Yale School of Management. Membro fundador e Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI). Membro do Comité de Coordinadores Nacionales da Red Iberoamericana de Contratación Pública. Coordenador da Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura (RDAI). Coordenador da Revista Brasileira de Infraestrutura (RBNF). Diretor da Revista Internacional de Direito Público (RIDP). Diretor do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP). Membro da Comissão Especial de Direito da Infraestrutura do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro Benemérito do Instituto Amazonense de Direito Administrativo (IADA). Membro da Asociación Argentina de Derecho Administrativo (AADA). Membro da American Bar Association (ABA). Membro da International Bar Association (IBA). Membro do Instituto de Advogados de São Paulo (IASP). Membro do Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo (FIDA). Associado honorário do Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial (IBDEE). Sócio-fundador do Dal Pozzo Advogados. Advogado e parecerista.

Beatriz Faria de Almeida Loureiro

Psicóloga, letróloga e auditora interna da CGE-MG, atualmente ocupando o cargo de Diretora de Transparência Passiva.

Bruna Toledo Piza Magacho

Mestranda em Direito e Políticas Públicas (UFG), especialista em *Compliance*, em Direito e Processo do Trabalho (PUC-GO) e LLM em Direito Empresarial (FGV).

Bruno Affonso

Mestre e especialista em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense. Auditor interno governamental. Editor do Ementário de Gestão Pública.

Caio Mário Lana Cavalcanti

Especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialista em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Especialista em Advocacia Pública pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE), conjuntamente com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e com a Faculdade Arnaldo. Especialista em Direito Administrativo, em Direito Público, em Direito Processual, em Direito Constitucional e em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD-MG).

Christian Bachmann

Engenheiro de computação, com especialização em redes e segurança de sistemas. Possui mais de 15 anos em investigação forense com ênfase na área computacional, tendo atuado como diretor de computação forense na Kroll Brasil. Atualmente é diretor na BS Forensic & Security Services. Foi nomeado perito por juiz federal em casos ligados à área tecnológica e atuou como assistente técnico para grandes empresas. Em sua carreira realizou investigações em empresas líderes de mercado, analisando fraudes, vazamentos de informações e acesso indevido. Também realizou trabalhos de avaliação de riscos de dados pessoais e de segurança da informação. Possui certificação em Análise Forense Computacional, Eng. de Redes Linux (Prometric), Examinador AcessoData (FTK, FTK Imager, Password Recovery Toolkit, Registry Viewer). É professor de pós-graduação no curso de Cyber Security na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde ministra a disciplina de Investigação Forense Computacional. Recebeu o troféu

Fellow of Privacy Technology da empresa OneTrust pelo reconhecimento do trabalho, experiência e conhecimento na área de Privacidade de Dados.

Christianne de Carvalho Stroppa

Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes Soares da Rocha de Marília (1990). Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-assessora jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.

Cristiana Fortini

Doutora em Direito Administrativo pela UFMG. Professora da UFMG e da Faculdade Milton Campos. Vice-Presidente do IBDA. Diretora Regional (MG) do IBEJI. Professora visitante da Universidade de Pisa (Itália). *Visiting Scholar* na George Washington University (EUA). Especialista em Mediação, Conciliação e Arbitragem pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE).

Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim

Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogada. Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Direito do Estado e mestranda em Direito Público pela Universidade Nove de Julho.

Danielle Santi

Advogada. Mestranda na Universidade de Lisboa em Direito Penal e Ciências Criminais. Bacharel em Direito pela Universidade Positivo. Cofundadora do Grupo de Pesquisa Avançada em Direito Empresarial Econômico da Universidade Positivo. Anteriormente, advogou por dois anos na área de Direito Empresarial Tributário. Estagiou na Vara da Fazenda Pública do Estado do Paraná e no Juizado Especial Cível de Curitiba.

Davidson Lopes Sousa de Brito

Advogado, especialista com atuação na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Pós-graduando em Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Sócio diretor da Alcance Consultoria e treinamentos.

Denise de Souza Luiz Francoski

Desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, coordenadora do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais do TJSC, encarregada pelo Tratamento de Dados do TJSC, membro do Grupo de Trabalho do CNJ destinado à elaboração de estudos e propostas voltadas à adequação dos Tribunais à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Mestre em Ciência Jurídica e Política pela UNIVALI, Mestre em Relações Internacionais para o Mercosul pela UNISUL, pós-graduada em Direito Empresarial Europeu pela European University de Lisboa, pós-graduada em Administração Pública e Sociedade pela UDESC, graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autora das obras: *Integração Jurídico-Social do Mercosul*, 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2002, 214 p., e *Evolução do Processo de Integração Social da União Europeia*. 1ª ed. Florianópolis: OAB-SC, 1999, v.1. 186 p.

Dixmer Vallini Netto

Master em Informática e Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Pós-graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. Advogado.

Eduardo Ramos Caron Tesserolli

Mestre em Direito Administrativo pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Bacellar. Bacharel em Direito pelo UNICURITIBA. Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA. Presidente da Associação Paranaense de Direito e Economia (ADEPAR). Advogado.

Felipe Razzini

Graduado em Direito pela PUC-SP. Advogado em Justino de Oliveira Advogados

Fernando Medici Guerra Martins

Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado e Escritor.

Gabriel Chede

Graduando em Direito pela Universidade Positivo. *Trainee* em *Compliance* e Lei Geral de Proteção de Dados no escritório Pironti Advogados.

Giovanna Trad

Advogada atuante nas áreas do Direito Médico e da Saúde, especialista em Direito Médico, pós-graduada em Direito Processual Civil, Presidente da Comissão de Biodireito da OAB/MS, membro da Comissão de Direito Médico e da Saúde do Conselho Federal da OAB, membro da Comissão de Direito da Saúde da OAB/MS, membro do Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça.

Greycielle Amaral

MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professora de Prática Jurídica.

Gustavo Justino de Oliveira

Professor Doutor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da USP e no IDP (Brasília). Pós-doutor em Arbitragem Internacional pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Hamburgo-Alemanha) e em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). *Visiting Researcher* no Amsterdam Center for International Law da Universidade de Amsterdam (Holanda). Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Certificate Program in Global Arbitration Law and Practice: National and Transborder Perspectives – Queen Mary, University of London (Inglaterra). International Arbitration & Mediation Training and Assistance Institute (IATAI), Fordham Law School (New York, USA). Program on Negotiation, Harvard Law School (Boston, USA). Fundador e coordenador do Grupo de Estudos “Arbitragem e Administração Pública” do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar) (2012-2016). Associado à Câmara de Comércio Internacional (CCI). Árbitro especializado em Direito Público, atuante na CCI, CAM-CCBC, CAM-BOVESPA, Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem, CAMARB, CAESP, CBMAE e CBMA.

Irene Patrícia Diom Nohara

Livre-Docente e Doutora em Direito do Estado pela USP. Professora pesquisadora do Programa de Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada.

Ismar dos Santos Viana

Mestre em Direito. Especialista em Direito Administrativo. Especialista em “Combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos públicos”. Especialista em Direito Educacional. Graduado em Direito. Graduado em Letras (Português/Inglês). Membro-fundador do Grupo de Pesquisa “Constitucionalismo, Cidadania e Concretização de Políticas Públicas” da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Auditor de Controle Externo. Professor da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e de pós-graduação da Escola Judicial do Estado de Sergipe. Ex-presidente da Comissão de Direito Administrativo e Controle da Administração Pública da OAB/SE. Advogado. Autor de artigos publicados em revistas e sites jurídicos especializados. Coautor de livros. Articulista. Autor do Livro “Fundamentos do Processo de Controle Externo” (Lumen Juris, 2019).

João Pedro Oliveira Stringheta

Especialista em Direito Público. Assessor jurídico da Diretoria Executiva de Informática do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

Doutorando em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – USP/Largo de São Francisco. Doutorando em Direito, na área de estudo Direito, Tecnologia e Inovação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Especialista em Direito Digital. Especialista em Direito Civil e Empresarial. Associado do Instituto Avançado de Proteção de Dados – IAPD. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil – IBERC. Advogado e Professor.

Josenir Teixeira

Advogado, mestre em Direito Civil (FADISP), pós-graduado em Direito do Terceiro Setor (FGV/SP), em Direito do Trabalho (CEU Law School/SP), em Direito Empresarial (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e em Direito Processual Civil (UNIFMU). Autor dos livros: Aspectos Jurídicos do Prontuário do Paciente; Assuntos Hospitalares na Visão Jurídica; Opiniões; Opiniões 2; Opiniões 3; Opiniões 4; Opiniões 5; O Terceiro Setor em perspectiva: da estrutura à função social. Membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e da Comissão de Direito Sanitário da OAB/SP. Foi presidente da Comissão de Defesa das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos da OAB/SP. É vice-presidente do Instituto Brasileiro de Advogados do Terceiro Setor (IBATS), vice-presidente da Associação Brasileira de Advogados em Saúde (ABRAS) e fundador e diretor da Revista de Direito do Terceiro Setor (RDTS), ed. Fórum. Foi Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de 2008 a 2010 e de 2016 a 2018.

Juliana Legentil

Doutoranda e Mestre em Administração pela Universidade de Brasília. Administradora em exercício na Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Presidência da República. Integra o Grupo de Pesquisa E-trabalho, certificado pelo CNPq, e a rede International Work Transformation Academy (ITA).

Julieta Mendes Lopes Vareschini

Sócia fundadora do Grupo JML Consultoria & Eventos, empresa especializada em Direito Administrativo. Mestre em Direito. Especialista em Direito Ambiental e Gestão Ambiental. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Advogada e consultora na área do Direito Administrativo, com ênfase em Licitações e Contratos Administrativos. Coordenadora técnica da JML Consultoria. Professora da UNIBRASIL. Palestrante na área de Licitações e Contratos perante entidades da Administração Pública e Sistema S, com atuação em todo o território nacional. Autora da obra *Licitações e Contratos no Sistema S*. 7. ed. Curitiba: JML, 2017 e da obra *Discricionariedade Administrativa: uma releitura a partir da constitucionalização do direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. Organizadora da obra *Repercussões da Lei Complementar 123/06 nas Licitações Públicas: de acordo com o Decreto 6.204/07*. Curitiba: JML Editora, 2008. Autora de diversos artigos jurídicos, dentre os quais: *Gestão Planejada do Sistema de Registro de Preços*. In: *Diálogos de Gestão: novos ângulos e várias perspectivas*. Curitiba: JML Editora, 2013.

Luiz Henrique Cardelli

Advogado. Bacharel em Direito pela PUCPR, especialista em Licitações e Contratos pela 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército Brasileiro; pós-graduando em Direito Ambiental pela UFPR.

Marcelo Zenkner

Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras. Ex-promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo. Ex-secretário de controle e transparência do Estado do Espírito Santo, o primeiro estado do Brasil a criar uma estrutura administrativa e a aplicar sanções administrativas com base na Lei Anticorrupção Empresarial; premiado pela Controladoria-Geral da União com o primeiro lugar no cumprimento das regras da Lei de Acesso à Informação (2015) e pelo Ministério Público Federal com o primeiro lugar no *ranking* dos melhores portais de transparência no Brasil (2015). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e Doutor em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Professor da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) nos cursos de graduação e pós-graduação.

Marcos Ehrhardt Júnior

Advogado. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil). Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont) e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). E-mail: contato@marcosehrhardt.com.br.

Marcos Guilherme Rodrigues Mafra

Advogado com certificação profissional de *Compliance* Anticorrupção pela LEC (CPC-A). Pós-graduando em Direito Empresarial e Econômico pela ABDConst. Cursando o MBA em Privacidade e Proteção de Dados (LGPD) pela Polis Civitas/ESMAFE. Bacharel em Direito pela PUCPR e técnico em Informática pela TECPUC-PR Ex-membro do Núcleo de Estudos Avançados em Direito Trabalho e Socioeconomia. Foi *trainee* de *compliance* privado e público por quase dois anos no Escritório Pironti Advogados. Também foi assistente jurídico na área contenciosa de telefonia por mais de dois anos, atuando nos setores de apuração de riscos processuais e obrigações. Anteriormente, atuou como estagiário na área de Direito Bancário.

Marcus Vinícius Reis de Alcântara

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-graduado em Perícia Contábil pela Fundação Visconde de Cairu/BA. Pós-graduado em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Negócios de Sergipe (FANESE). Pós-graduado em Licitações e Contratos pela Faculdade Amadeus (FAMA/SE). Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, titular da Secretaria de Controle Interno. Professor do MBA em Licitações e Contratos Administrativos da Faculdade Baiana de Direito/BA.

Mariana Tomasi Keppen

Mestranda em Direito e Economia pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Presidente da Comissão de Estudos sobre *Compliance* e Anticorrupção Empresarial da OAB/PR. Membro consultora da Comissão Especial de Proteção de Dados do Conselho Federal da OAB. Advogada sócia e diretora da área de *Compliance* e Proteção de Dados do escritório Pironti Advogados.

Mário Spinelli

Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas – SP. Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro – MG. Ouvidor-Geral, encarregado pelo tratamento de dados pessoais e autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação na Petrobras.

Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Professor convidado do curso de pós-graduação em Controle, Detecção e Repressão a Desvios de Recursos Públicos da Universidade Federal de Lavras. Professor convidado do curso de extensão em *Compliance* e do curso de extensão na Nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais da Pontifícia Universidade Católica – RJ. Foi controlador-geral do Estado de Minas Gerais, controlador-geral do Município de São Paulo, conselheiro do COAF e secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria-Geral da União.

Maurício Zockun

Professor de Direito Administrativo na PUC-SP. Mestre em Direito Tributário, Doutor e livre-docente em Direito Administrativo pela PUC-SP. Advogado.

Melissa Trento

MBA em *Compliance* e Gestão de Riscos: ênfase em Inovação e Governança (Polis Civitas) e especialista em Direito Administrativo (Unicuritiba).

Mirela Miró Ziliotto

Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Membro do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano da PUCPR. Membro da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da OAB/PR. Advogada.

Natanrrey Reis

Advogada atuante em Direito Digital e Proteção de Dados. Membro efetivo do Grupo de Estudos de Proteção de Dados do Instituto Goiano de Direito Digital. Professora.

Nicolle Bleme

Bacharel em Direito, auditora interna da Controladoria Municipal de Contagem-MG, atualmente ocupando o cargo de subcontroladora de transparência e integridade da CGE-MG.

Otavio Venturini

Doutorando e mestre em Direito e Desenvolvimento pela FGV Direito/SP. Professor na graduação da Escola de Negócios Saint Paul e em programas de MBA e pós-graduação em Direito Público, Proteção de Dados e *Compliance* em diversas instituições de ensino e escolas de negócios do país. Liderou programa de *Compliance* no setor publicitário reconhecido pelo selo Pró-Ética (CGU) em 2018-2019. Advogado e consultor jurídico.

Paulo José Ribeiro Alves

Bacharel em Direito pela UNICEUB, mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e *Compliance* pela Ambra University (Florida/EUA). Pós-graduado em Direito Administrativo Contemporâneo. Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal, palestrante e instrutor em Gestão Pública, Governança, Gestão de Riscos e Auditoria Governamental.

Rodrigo Fontenelle de A. Miranda

Economista, Mestre em Contabilidade, Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU, atualmente ocupando o cargo de Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais.

Rodrigo Pironti

Pós-Doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela PUCPR. Advogado e parecerista.

Ronny Charles Lopes de Torres

Advogado da União. Doutorando em Direito do Estado pela UFPE. Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Membro da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Autor de diversas obras jurídicas, destacando: *Leis de Licitações Públicas comentadas* (11ª edição); *Direito Administrativo* (coautor. 10ª edição); *Licitações e Contratos nas Empresas Estatais* (coautor. 2ª edição) e *Improbidade Administrativa* (coautor. 4ª edição), todos pela editora JusPodivm.

Sandro Tomazele

Mestrando em Negócios Internacionais & Marketing pela Université d'Angers, França. cursando Advanced Project Management pela Positive Business Chair, Université de Paris, França. Pós-graduado em Redes de Computadores, graduado em TI. Professor convidado da Privacy Academy, Recife/PE. Professor convidado do MBA em Privacidade de Dados (LGPD) da faculdade Pólis Civitas, Curitiba/PR. Foi membro dos comitês de governança das corporações e de gestão de riscos corporativos, ambos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Articulista de gestão de riscos, conformidade, governança e LGPD do Grupo JML. Coordenador científico em Gestão de Riscos e LGPD da JML. Com vasta experiência também na iniciativa privada, tendo atuado, por exemplo, na Brasil Telecom

(atualmente Oi). É analista judiciário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo atuando na Segurança da Informação e na Coordenadoria de Apoio à Governança e Gestão de TIC. Ministra capacitações e atua como consultor e palestrante nas temáticas de Governança, *Compliance*, Gestão de Riscos, Auditoria, Controles Internos, LGPD, tendo atuado ou ministrado cursos para servidores e empregados de órgãos e empresas como ANAC, Senado Federal, Câmara dos Deputados, TSE, TST, TRE-AL, TRE-PE, Codesp, Codevasf, Eletronuclear, nos Tribunais Regionais do Trabalho de Rondônia, Minas Gerais, Alagoas, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Goiás, Paraná, no Tribunal de Justiça de Rondônia, para alunos do CSJT, CNMP, STF, Serpro, MPPI, ANEEL, Sescop, Sebrae, Tribunal de Contas do Paraná e em mais de 50 outras instituições públicas e privadas.

Silvio Guidi

Advogado. Sócio no SPLAW. Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Membro do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Butantan. Membro do Comitê de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Membro do Fórum Executivo da Saúde do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2010/2012). Presidente da Comissão de Direito à Saúde da OAB/PR (2010/2012). Membro da Comissão de Direito Sanitário da OAB/SP (2019/2021). Membro do Conselho de Saúde do Estado de São Paulo (2022/2023). Membro do Conselho Editorial da *Revista de Direito Administrativo* da Editora Lex Magister. Autor dos livros: *Serviços públicos de saúde* (Quartier, 2019) e *Comentários à Lei Orgânica da Saúde* (Quartier, 2021). Coordenador e coautor do livro *Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados sob a perspectiva do direito médico e da saúde* (Foco, 2023). Coordenador dos cursos de *Compliance*, Planos de Saúde, LGDP na Saúde e Diagnóstico e Gerenciamento de Riscos Jurídicos da Organização Nacional de Acreditação em Serviços de Saúde (ONA). Professor dos cursos de Pós-Graduação em Direito Regulatório da Saúde e em Direito Médico de diversas instituições.

Sólon Cícero Linhares

Fundador do Instituto Brasileiro de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (IBPLD). Pós-doutor em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra/POR, pós-doutor em Direito Penal pela Università degli Studi de Palermo/ITA e pós-doutor em Direito Econômico pela PUCPR, sobre a responsabilidade penal do agente bancário por omissão em comunicações suspeitas de lavagem de dinheiro ao COAF. Integrente da Polícia Federal em Curitiba/PR desde 1999 e professor do curso de Direito na PUCPR.

Tatiana Camarão

Mestra em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG. Vice-presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo. Professora.

Walter Cunha

Mestrando em Administração Pública e MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Auditor federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Professor e palestrante nos temas Teletrabalho, Gestão de Segurança da Informação, Contratações de TIC e Governança Pública.